



A APROPRIAÇÃO DE CATEGORIAS CIENTÍFICAS NO ENSINO DE GEOGRAFIA, UMA VISÃO A PARTIR DA LITERATURA ACADÊMICA E DE PROPOSIÇÕES CURRICULARES

Renato Frade da Costa ¹

RESUMO

Este artigo pretende analisar como categorias de destaque nesta ciência se fazem presentes em obras acadêmicas, com destaque para aquelas voltadas para o campo do ensino de Geografia, e na esfera curricular a nível federal. Com isso pretende-se analisar proposições acerca da sua utilização no ensino de Geografia na educação básica. Para atender a esses objetivos foi realizada a análise de livros e artigos acadêmicos direcionados ao ensino de Geografia, assim como as duas últimas proposições curriculares de âmbito nacional, que são os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) referentes a Geografia, documento este elaborado em meados dos anos 90, e a recente Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que atualmente está em vigor. Como resultados dessa análise podemos perceber que apesar de haverem variadas concepções acerca das categorias geográficas, fruto de diferentes concepções teóricas, de modo geral elas são pensadas como importantes elementos teóricos capaz de contribuir para o desenvolvimento de habilidades que estimulam os estudantes a interpretar o espaço geográfico em toda sua complexidade, desde que sejam desenvolvidas em sala de aula a partir em uma metodologia de ensino, uma base teórica sólida.

Palavras-chave: Categorias geográficas, ensino, currículo.

ABSTRACT

This article intends to analyze how prominent geographic categories in this science are thought in the academic and curricular spheres, in order to understand how their use in the teaching of Geography in basic education is thought, by researchers in the field of geographic education and educational managers. With this intention, the analysis of books and academic articles directed to the teaching of Geography was carried out, as well as the last two national curricular proposals, which are the National Curriculum Parameters (PCN) referring to Geography, a document elaborated in the mid-90s. and the recent Common Base National Curriculum (BNCC) that is currently in effect. As a result of this analysis, we can see that although there are varied conceptions about the geographical categories, the result of different theoretical conceptions, in general they are thought of as important theoretical elements capable of contributing to the development of skills that encourage students to interpret the geographical

¹ Doutorando do Curso de Geografia da Universidade Federal de Minas Gerais, r.frade@yahoo.com.br.



space in all its complexity, as long as they are developed in the classroom based on a teaching methodology, a solid theoretical basis.

Keywords: Geographic categories, teaching, curriculum.

INTRODUÇÃO

Assim como outras áreas do conhecimento, a Geografia faz uso de categorias de análise no estudo do seu objeto central, o espaço geográfico, e dos diferentes componentes espaciais que o permeiam, conferindo a essa ciência características específicas. Neste artigo considero as categorias geográficas como um ângulo de observação para a análise da espacialidade de diferentes fenômenos.

Trabalhos acadêmicos que tem como tema categorias geográficas geralmente são voltados para a epistemologia da Geografia ou o ensino deste campo do conhecimento na educação básica. Em ambas as áreas há uma considerável produção bibliográfica, com destaque para obras de autores de grande relevância como de Milton Santos, Roberto Lobato Corrêa, Lana de Souza Cavalcanti, Helena Copetti Callai, entre outros. Em obras destes autores podemos perceber, de modo geral, que as categorias geográficas não se tratam de premissas fixas, mas sim de importantes elementos teóricos formados sob a influência de variadas tendências filosóficas² que atuaram no pensamento geográfico, como por exemplo o positivismo, o neopositivismo, o marxismo e a fenomenologia. Segundo Roberto Lobato Corrêa (2001b, 1990), esse processo proporcionou o que ele denomina de “pluralismo conceitual³” e resultou na implementação de novas concepções acerca da produção geográfica acadêmica e da geografia escolar.

Tradicionalmente essas categorias são debatidas em trabalhos acadêmicos vinculados a epistemologia da Geografia, nos quais são apontadas como recursos analíticos aplicados ao

² Gomes (2005) nos mostra mostram como importantes vertentes do pensamento filosófico, entre as quais está o Positivismo, o Materialismo Histórico e a Fenomenologia, penetraram na produção geográfica buscando legitimar novas concepções, conceitos e paradigmas em detrimento da desvalorização daqueles já estabelecidos. Entretanto, essa diversidade de concepções não promove rupturas no pensamento geográfico, mas, sim, contribui para a ampliação dos recursos teóricos e metodológicos utilizados nos estudos de seus variados campos, atribuindo às categorias estudadas diferentes valores e significados, como veremos no primeiro capítulo desta dissertação.

³ De acordo com a ideia de pluralismo conceitual, utilizada por Roberto Lobato Corrêa, diferentes tendências do pensamento geográfico podem se manifestar em um mesmo momento histórico, exercendo influência sobre a produção científica.



objeto de estudo desta ciência. Esses debates também passaram a se fazer presentes na Geografia escolar com certa frequência a partir da década de 1990, quando começou a se discutir o potencial destas categorias enquanto instrumentos teóricos para o ensino de Geografia, como pode ser visto em Costa (2018). A partir dessas considerações este artigo tem o intuito de analisar propostas de utilização de categorias geográficas no ensino de Geografia, presentes em dois tipos de fontes, são elas: obras acadêmicas que tratam da Geografia Escolar, e as duas últimas grandes proposições curriculares a nível federal, mais precisamente os Parâmetros curriculares Nacionais (PCN) referente a Geografia, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

METODOLOGIA

Para atender a este objetivo foi realizada uma revisão bibliográfica em trabalhos que se dedicaram a pensar o papel das categorias geográficas na análise do espaço geográfico. Assim como a revisão em obras que versam sobre a utilização de categorias geográficas e o ensino de Geografia. Como resultado desse exercício chegamos nas obras apresentadas nos quadros a seguir:

Quadro I- Obras que tratam do papel das categorias geográficas a partir da teoria e epistemologia da Geografia.

Obras	Autor(a)	Ano de publicação
Região e organização espacial	CORRÊA, R. L.	1990
Trajетórias geográficas.	CORRÊA, R. L.	2001
A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção	SANTOS, M.	1996
Espaço e Método	SANTOS, M.	1988

Quadro II- Obras que abordam a utilização de categorias geográficas no ensino de Geografia.

Obras	Autor(a)	Ano de publicação
“O estudo do lugar e a pesquisa como princípio da aprendizagem”	CALLAI, H. C.	2013
Temas e conteúdos no ensino de Geografia	CALLAI, H. C.	2015
O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico	CASTELLAR, S.M.V.	2020



Geografia, escola e construção de conhecimento.	CAVALCANTI, L. S.	1998
Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia.	CAVALCANTI, L. S.	2005
O ensino de Geografia na escola.	CAVALCANTI, L. S.	2012
Pensar pela Geografia	CAVALCANTI, L. S.	2019

Também foi realizada a análise de propostas curriculares de nível nacional, mas precisamente os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs), que serviu como referência durante cerca de duas décadas para redes de ensino a nível municipal e estadual em todo o país, e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) que, mesmo que passe por algumas adaptações⁴ realizadas pelas secretarias educação a nível estadual e municipal, traz as diretrizes centrais em relação ao ensino de Geografia.

A partir da análise dessas fontes pretendemos compreender como as categorias geográficas são pensadas em diferentes esferas que perpassam a Geografia Escolar.

Vale ressaltar que devido a diferentes concepções epistemológicas é comum encontrarmos ao longo deste artigo denominações como; conceitos geográficos, conceitos-chave, categorias estruturantes do pensamento geográfico, categorias analíticas, entre outras, para tratar do que neste artigo consideramos como categorias geográficas. Apesar de reconhecer que há diferenças consideráveis entre tais termos, este artigo não se propõe a responder a esta questão.

Mas afinal, do que se tratam as categorias geográficas?

Na obra *Espaço e Método* Milton Santos nos apresenta alguns ensaios que, como o próprio título já diz, apresentam possibilidades para a análise do objeto de estudo da geografia, o espaço geográfico. Em um dos capítulos da obra o autor se dedica ao que denomina de “categorias do método geográfico”. Essas categorias são estrutura, processo, função e forma.

Segundo Santos (1988), para pensar o espaço geográfico em sua totalidade devemos fazer uso dessas categorias de análise uma vez que: “nos capacitarão a apreender a marca da

⁴ A BNCC pode sofrer adequações para atender especificidades locais dos estados e municípios, porém, deve ser garantido o desenvolvimento das competências e habilidades dispostas neste documento.



sociedade sobre a natureza e as relações existentes antes, durante e depois dessa metamorfose.” (p.43). Para este autor a compreensão de uma determinada organização espacial, assim como suas possíveis mudanças só pode ser estabelecida mediante uma profunda interpretação do processo dialético entre formas, estrutura e funções através do tempo. (p.37). Tais categorias são tratadas pelo autor como instrumentos de análise necessários para explicar como os seres humanos organizam sua sociedade no espaço e como a concepção e o uso que o homem faz do espaço sofrem mudanças. (p.38,39). A passagem a seguir nos apresenta a concepção do autor em relação a cada uma dessas categorias:

“Forma é o aspecto visível de uma coisa. Refere-se, ademais, ao arranjo ordenado de objetos, a um padrão. Tomada isoladamente, temos uma mera descrição de fenômenos ou de um de seus aspectos num dado instante do tempo. Função, de acordo com o Dicionário Webster, sugere uma tarefa ou atividade esperada de uma forma, pessoa, instituição ou coisa. Estrutura implica a inter-relação de todas as partes de um todo; o modo de organização ou construção. Processo pode ser definido como uma ação contínua, desenvolvendo-se em direção a um resultado qualquer, implicando conceitos de tempo (continuidade) e mudança.” (p.37)

De acordo com Santos (1988), tais categorias não devem ser apropriadas de modo individual, pois representariam apenas realidades parciais de uma certa parcela do espaço geográfico. Mesmo que uma dessas categorias tenham maior destaque em uma determinada análise, é o conjunto destas categorias que possibilita compreender o espaço geográfico em sua totalidade, como indica o trecho a seguir:

“Forma, função, estrutura e processo são quatro termos disjuntivos, mas associados, a empregar segundo um contexto do mundo de todo dia. Tomados individualmente, representam apenas realidades parciais, limitadas, do mundo. Considerados em conjunto, porém, e relacionados entre si, eles constroem uma base teórica e metodológica a partir da qual podemos discutir os fenômenos espaciais em totalidade.” (p.38)

Já na obra “*A natureza do espaço*”, Milton Santos coloca que o espaço geográfico deve ser analisado por meio de categorias analíticas que lhes são internas e que permitam a compreensão, em determinados aspectos, da superfície do real estudada, assim como a



produção de conceitos e instrumentos de análise, retirados do processo histórico de formação dessa superfície do real. O autor também afirma que: “Os conceitos assim destacados devem, por definição, ser internos ao objeto correspondente, isto é, ao espaço, e ao mesmo tempo constitutivos e operacionais. (p.12)”

Entre as categorias citadas por Santos (2006) estão; paisagem, configuração territorial, divisão territorial do trabalho, espaço produzido ou produtivo, as rugosidades e as formas-conteúdos. Segundo o autor, nas disciplinas acadêmicas sociais são as categorias analíticas e os instrumentos de análise que constituem a centralidade do método. (p.11). Desse modo, as categorias devem compor o método utilizado para a análise do espaço geográfico, definido sucintamente por este autor como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e de sistemas de ações. Em uma analogia Santos (2006) compara as categorias de análise e os conceitos coo “atores de um mesmo romance”, ou seja, possuem uma história em comum que remete a análise do espaço geográfico, mas que dependendo do que se pretende analisar, determinadores categorias de análise e conceitos podem assumir papel de protagonistas enquanto outras ficaram em segundo plano.

Segundo Santos (2006) é possível reconhecer as categorias analíticas internas da Geografia que melhor compreendem as demandas das pesquisas contemporâneas⁵. Essas categorias devem ser utilizadas pautadas na realidade e fornecer operacionalidade e coerência as pesquisas realizadas por esse campo do conhecimento científico. Ao considerar paisagem como uma categoria de análise da Geografia, o autor extrapola sua dimensão conceitual, o que permite compreendê-la como um ângulo de observação para a análise de um determinado objeto. Essa forma de compreensão reflete sua preocupação em relação a construção dos métodos utilizados em estudos geográficos, que por sua vez recebem papel de destaque em sua obra. De acordo com este autor ao falar sobre o objeto de estudo da Geografia, o espaço geográfico, devemos também falar sobre o método que pretendemos utilizar em sua análise. Já as categorias externas ao espaço geográfico, como a técnica, as normas, os eventos, a temporalidade, entre outras, também devem ser consideradas em análises geográficas, de acordo com as necessidades da pesquisa.

⁵ Apesar de suas produções mais atuais datarem do final da década de 1990, Milton Santos tratava de questões que até hoje são caras a geografia e as ciências sociais de modo geral, como as consequências advindas do processo de globalização, produção do espaço urbano em países de industrialização tardia, o papel da técnica na transformação de parcelas do espaço geográfico, entre outras.



De acordo com a perspectiva de Roberto Lobato Corrêa, na obra *“Trajetórias geográficas”*, a Geografia é uma ciência social e tem como objetivo o estudo da sociedade, para tanto faz uso de cinco conceitos-chave: paisagem, região, espaço, lugar e território. Para o autor estas categorias possuem uma estreita relação entre si, além de serem capaz de retratar a forma como a ciência geográfica seu objeto de estudo, ou seja, a sociedade. Nas obras analisadas Corrêa busca, a partir da história desta ciência, mostrar como esses conceitos foram se desenvolvendo e adquirindo novas definições e concepções acerca do objeto de estudo da Geografia.

Segundo Corrêa, na obra *“Região e organização espacial”* cada um desses conceitos deve ser visto como algo intelectualmente produzido ao longo da trajetória dos estudos geográficos. Sobre análises do espaço geográfico realizadas a partir do conceito de região, por exemplo, o autor afirmar que é necessário “ir além de sua apreensão em bases puramente sensoriais” (p.23), mas sim apreender aspectos de sua origem, evolução e significado. Outro ponto destacado pelo autor se refere as variadas concepções que o conceito de região pode assumir na Geografia, fruto de diferentes tendências do pensamento geográfico. De acordo com Corrêa (1990), todas as concepções acerca de região podem ser utilizadas em estudos geográficos pois se tratam de meios para conhecer a realidade, desde que se mostre relevante ao quadro territorial que se pretende analisar.

A partir dessas breves, porém importantes colocações, percebemos que na perspectiva destes autores as categorias Geográficas possuem lugar de destaque no âmbito desta ciência, uma vez que, ao serem apropriada pelo pesquisador para o estudo de um determinado objeto, podem constituir e desenvolver instrumentos de análise que contribuam para o êxito na interpretação do espaço geográfico em toda a sua complexidade.

As categorias geográficas e o ensino de Geografia na educação básica

Na área do ensino de Geografia as categorias geográficas passaram a receber destaque na produção acadêmica brasileira a partir da obra *“Geografia, escola e construção de conhecimento”* de Lana Cavalcanti, publicada em 1998. Nela a autora compreende as categorias lugar, paisagem, região e território como conceitos capazes de contribuir para as práticas de ensino em Geografia. Segundo Cavalcanti (1998) a Geografia desenvolveu uma linguagem, um



corpo conceitual que acabou por constituir-se numa linguagem geográfica. “Essa linguagem está permeada por conceitos que são requisitos para a análise de fenômenos do ponto de vista Geográfico.” (1998, p. 88)

A proposta metodológica para o ensino de Geografia apresentada pela autora tem por objetivo a: “construção de conceitos geográficos que resulte do confronto de representações sociais e conceitos científicos. (1998, p. 143) Tais ações devem ser desencadeadas pelos professores(as) no desenvolvimento de seu trabalho. Para tanto Cavalcanti (1998) considera que a construção de um conceito deve partir de um referencial próximo aos estudantes, ou seja, partir dos significados que os estudantes atribuem a um determinado conceito, seja ele paisagem, lugar, natureza, etc. Ao confrontar esses significados com as concepções científicas referentes a esse conceito, os estudantes devem ser levados a reformular seus significados e sentidos prévios, construindo novas concepções conceituais que podem lhe proporcionar um outro olhar sobre aspectos do espaço geográfico relacionados a tal conceito. (1998, p. 149). Nesta obra a autora ainda nos mostra alguns exemplos de procedimentos metodológicos que visam promover a construção de conceitos, como o exercício de observação de uma determinada paisagem que possa despertar curiosidade por parte dos estudantes.

Em diversas outras publicações Lana Cavalcanti continuou abordando esta temática, sobretudo a partir dos princípios de Lev Vygotsky acerca do desenvolvimento de conceitos científicos pelos estudantes, como pode ser visto na obra “*Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de Geografia*”. Nela a autora afirma que a aprendizagem geográfica, que se propõe a formar um pensamento com a intenção de levar os estudantes a analisar a realidade sob perspectiva geográfica, requer a formação de conceitos geográficos. Sendo assim, o ensino deve se voltar para a apropriação de significados geográficos, processo que ocorre na negociação de significados resultante da relação dialógica.” (2005. P. 199/200) Como pode ser visto na passagem a seguir:

“Como propõe Vygotsky, a linguagem é uma ferramenta que se constrói nos processos intersubjetivos para depois se tornar uma ferramenta intra-subjetiva, uma ferramenta do pensamento. É dessa forma que o autor propõe como unidade dos processos da linguagem e do pensamento o significado das palavras. No trabalho com o significado, no diálogo com a linguagem geográfica, na introdução de conceitos científicos e na busca de sua apropriação pelo aluno, está a possibilidade do processo de generalização, que é fundamental para o pensamento conceitual.” (2005. P. 200)



Na concepção de Cavalcanti (2005), partindo da teoria de Vygotsky, não se ensina conceitos aos alunos, pode-se, no máximo, apresentar definições de conceitos (que são uma expressão particular desses conceitos) para serem reproduzidas pelos alunos. Na verdade, são os próprios alunos que formam seus conceitos sobre as coisas, e o professor é um mediador nesse processo ao trabalhar com a linguagem geográfica, ao propiciar a negociação/apropriação de significados. (2005. P. 204). Nesta obra a autora destaca alguns conceitos considerados como elementares ao raciocínio geográfico, são eles: natureza, lugar, paisagem, região, território. Já conceitos como: ambiente, cidade, campo, identidade cultural, degradação ambiental, segregação espacial, são importantes para compor um modo de pensar próprio da Geografia.

A ideia de que a formação de conceitos pelos estudantes ocuparia o espaço central no ensino de Geografia também é desatada na obra “*O ensino de Geografia na escola*” de 2012. Segundo a autora cabe ao professor ajudar a formar esses conceitos, assim, o desenvolvimento de conceitos deve ser a meta do ensino de Geografia. Nesta obra Cavalcanti afirma novamente que tais conceitos ajudam os estudantes a elaborar generalizações e permitem ver o mundo para além de seus elementos puramente empíricos, tal como realizar operações espaciais de caráter teórico pautando-se em análises, sínteses e abstrações. Porém, nesta mesma obra a autora diz que “uma proposta metodológica de ensino de Geografia centrada nos objetivos de formação de conceitos requer que os professores sejam formados também na direção desta proposta.”. (2012, p.157). Ao longo dessa obra a autora também destaca os conceitos geográficos que considera elementares, são eles: lugar, paisagem, território, região e natureza, cuja a mobilização no ensino de geografia contribuiu para o desenvolvimento de um modo de pensar geográfico.

A autora também afirma que; em um ensino direcionado a formação de conceitos, o estudante poderá adquirir ferramentas intelectuais que permitam “compreender a realidade espacial que o cerca na sua complexidade, nas suas contradições, com base na análise de sua forma-conteúdo e de sua historicidade. (p. 163).

Em uma obra bem recente, intitulada “*Pensar pela Geografia: ensino e relevância social*”, publicada em 2019, Cavalcanti justifica a importância dos conceitos espaço, lugar, paisagem e território em análises que envolvam o espaço urbano. Para justificar sua ideia a autora busca aprofundar na utilização desses conceitos no ensino de Geografia a partir das concepções difundidas em autores como Milton Santos, Ruy Moreira, Marcelo Lopes de Souza, Rogério Haesbart, Henri Lefebvre, entre outros que são considerados referências em suas respectivas áreas do conhecimento geográfico. Nesta obra a autora enfatiza que os conceitos



geográficos não devem ser ensinados como conteúdos, mas sim como um instrumento teórico que embasem o sujeito, neste caso o estudante, na interpretação do espaço geográfico. A autora também propõe que estes conceitos sejam apropriados pelos professores junto a princípios geográficos⁶, pautando-se em variadas formas linguagens⁷ e a partir de uma determinada metodologia de ensino.

Outra autora que aborda a utilização de categorias geográficas no meio escolar é Elena Copetti Callai. Na obra “*Temas e conteúdos no ensino de Geografia*” estas categorias são tratadas como “ferramentas intelectuais para desenvolver o pensamento espacial” (2015, p.226), na medida em que são pensadas como instrumentos ou recurso didático capaz de estruturar o raciocínio geográfico e proporcionar o estudo de diferentes temas, conteúdos e fenômenos relacionados a esta disciplina escolar. A autora sinaliza uma distinção entre conceitos e categorias, porém não fornece mais detalhes sobre o assunto, apenas diz que estas últimas são capazes de desenvolver o pensamento espacial. Já no artigo “*O estudo do lugar e a pesquisa como princípio da aprendizagem*”, Callai propõe a análise do lugar, enquanto um recorte espacial, a partir da categoria analítica paisagem, que por sua vez é compreendida não apenas como a manifestação física das modificações do ser humano em um determinado lugar, mas também abrange aspectos mais subjetivos. Segundo a autora, análises que envolvem esta categoria devem “olhar para além do que é o visível, pois ela não é formada apenas de volumes, mas também de cores, de movimentos, de odores, de sons”. (2013, p.2).

Outra importante pesquisadora que traz contribuições em relação ao potencial de categorias geográficas no ensino de Geografia é Sônia Castellar. No artigo “*O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico*”, a autora afirma que as categorias geográficas compõem os “campos de conhecimento do raciocínio geográfico⁸”, responsáveis por desenvolver o mesmo. Na perspectiva de Castellar (2020), as categorias são importantes pois contribuem para recuperar o estatuto epistemológico da Geografia, ou seja, importantes recursos teóricos que conferem características próprias a esse campo do conhecimento, que muitas vezes é marcado pela falta de embasamento teórico. A autora também coloca que as categorias de paisagem, território, região, lugar e natureza devem ser

⁶ Entre os princípios geográficos colocados por Cavalcanti (2019) estão: localização, distribuição, escala, analogia, casualidade, etc.)

⁷ Entre as diferentes linguagens que contribuem para o ensino de Geografia Cavalcante (2019) cita os mapas, fotografias, desenhos, filmes, charges, imagens de satélite, entre outras.

⁸ De acordo com Castellar (2020) são cinco os campos de conhecimentos para desenvolver o raciocínio geográfico: (1) os processos cognitivos, (2) os conceitos de relações espaciais, (3) a representação espacial, (4) as categorias e princípios geográficos e (5) a situação geográfica.



utilizadas para a análise de eventos, fenômenos e processos de caráter geográfico, elas fazem parte do vocabulário da Geografia enquanto campo científico, sendo que a construção de suas definições remete a autores clássicos como A. Von Humboldt, K. Ritter e P. V. de la Blache, mas que também carregam traços mais recentes devido a ideias de autores como David Harvey e Milton Santos.

A presença de categorias geográficas na esfera curricular

Ao analisar como as categorias geográficas se fazem presentes em proposições curriculares devemos tomar o cuidado de considerar que tais documentos não correspondem a uma verdade absoluta em relação a um determinado campo do conhecimento, nem mesmo que suas diretrizes e recomendações serão garantidamente aceitas e seguidas pela grande parte dos professores(as). No entanto, devemos considerar que mesmo quando os conteúdos prescritos nas propostas curriculares não são efetivados na prática docente, a importância de sua compreensão é mantida. A prescrição pode exercer a função de influenciar o meio escolar, como também pode ser por ele influenciada, além de poder conter diferentes concepções acerca do conhecimento oficialmente instituído

Segundo Ivor Goodson, na obra “*A Construção Social do Currículo*”, os currículos devem ser analisados como uma construção social, fruto de diferentes disputas ideológicas, científicas e políticas. No que se refere a Geografia, essas disputas passam pela influência de diferentes tendências filosóficas no pensamento geográfico, ou mesmo por concepções pessoais.

Os parâmetros curriculares nacionais (PCN)

Nas proposições curriculares referentes a Geografia as categorias geográficas foram deixadas de lado por muito tempo. Elas começaram a ser incorporadas de forma lenta e gradual⁹ nos currículos e livros didáticos a partir do final da década de 1980 e início dos anos 1990, como podemos ver em Costa (2018), até que o Parâmetro Curricular Nacional (PCN) de Geografia publicados em meados dos anos 90, confere papel de destaque as categorias

⁹ Em sua dissertação de mestrado Costa (2018) analisa diferentes propostas curriculares entre 1971 e 2010, com a intenção de investigar o modo como importantes categorias geográficas são pensadas nestes documentos.



paisagem, região, território e lugar para o ensino de Geografia, como é destacado na seguinte passagem:

Outro critério fundamental na seleção de conteúdos refere-se às categorias de análise da própria Geografia. Procurou-se delinear um trabalho a partir de algumas categorias consideradas essenciais: paisagem, território, lugar e região. A partir delas é que podemos identificar a singularidade do saber geográfico. É importante que os conteúdos a serem estudados promovam a compreensão, por parte dos alunos, de como as diferentes sociedades estabeleceram relações sociais, políticas e culturais que resultaram em uma apropriação histórica da natureza pela sociedade, mediante diferentes formas de organização do trabalho, de perceber e sentir a natureza, de nela intervir e transformá-la. (PCN, 1998, p. 39)

Ao longo do PCN essas categorias são destacadas como um recurso didático, mas para tanto é proposto que primeiro sejam utilizadas em análises geográficas a partir de elementos empíricos, ao seja, da realidade concreta dos estudantes, como podemos perceber neste trecho do documento:

Será, sem dúvida alguma, necessário que o aluno se familiarize com as novas terminologias e categorias analíticas. Para isso o professor poderá se comportar didaticamente, valorizando a realidade concreta do aluno. Para começar a trabalhar espaço, território, paisagem e lugar como categorias imprescindíveis para a explicação e compreensão na análise geográfica, deverá instigar o aluno a querer saber como o olhar geográfico poderá contribuir para ajudar a desvendar a natureza dos lugares e do mundo como hábitat do homem (PCN, 1998, p.55)

Notamos nesta passagem que o documento considera a utilização de categorias analíticas no ensino de Geografia como algo novo, o que pode gerar alguma dificuldade inicial por parte dos professores.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC)

A BNCC referente ao ensino fundamental foi publicada em 2017 com objetivo definir as aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver na educação básica¹⁰. Para tanto, são elencadas competências gerais a todos os campos do conhecimento e específica para

¹⁰ As habilidades propostas na BNCC possuem grande relevância, uma vez que sua intenção é nortear a prática docente, assim como a elaboração de outros currículos, seja em esfera estadual ou mesmo municipal.



cada disciplina escolar: “a mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho.” (p.8)

Ao longo da BNCC o termo conceito é utilizado para se referir a espaço, lugar, paisagem, região, território e natureza, sendo espaço considerado o conceito mais amplo e complexo, e que deve sempre ser associado ao conceito de tempo, que por sua vez é de grande valor para as ciências humanas de modo geral. No texto da BNCC fica clara a relevância dos conceitos geográficos, como na passagem a seguir:

“Ao utilizar corretamente os conceitos geográficos, mobilizando o pensamento espacial e aplicando procedimentos de pesquisa e análise das informações geográficas, os alunos podem reconhecer: a desigualdade dos usos dos recursos naturais pela população mundial; o impacto da distribuição territorial em disputas geopolíticas; e a desigualdade socioeconômica da população mundial em diferentes contextos urbanos e rurais.” (p. 359)

Mesmo fazendo uso do termo conceito para se referir a espaço, lugar, paisagem, região, território e natureza, podemos notar que a BNCC propõe sua utilização como elementos teóricos e operacionais de grande importância para o objetivo central da Geografia Escolar, que por sua vez é compreendido como o desenvolvimento do pensamento espacial junto a promoção do raciocínio geográfico.

Na BNCC podemos perceber que as categorias geográficas não devem ser ensinadas aos estudantes como conteúdo ou fórmulas a serem aplicadas na análise geográfica, mas apropriadas de forma a compor uma metodologia de ensino, para tanto a BNCC propõe que sejam desenvolvidas a partir de procedimentos de pesquisa selecionados pelos professores, associados a análise de informações geográficas, sem se desvencilhar do pensamento espacial, que é tão caro a Geografia. Dessa forma, os conceitos geográficos são vistos na BNCC como um caminho fundamental para a superação de um ensino de Geografia predominantemente descritivo, pautado na transmissão de informações e fatos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS



Como resultado vimos que tanto em proposições curriculares, como em trabalhos acadêmicos que tratem da epistemologia da Geografia e da História do pensamento geográfico, são exaltados os potenciais das categorias geográficas na análise espacial.

No que se refere aos trabalhos acadêmicos, sejam os que tratam de categorias geográficas no ensino de Geografia, ou aqueles que versam sobre a teoria e epistemologia da Geografia, podemos dizer que, de modo geral, que essas categorias não são pensadas de forma desconexa, como um simples conteúdo conceitual, mas como um instrumento teórico, capaz de subsidiar professores e estudantes no ensino de geografia com foco na interpretação do espaço geográfico.

Foi notado também que os trabalhos mais recentes dedicados a utilização dessas categorias no ensino de Geografia, buscam associá-las a outros elementos que compõe o arcabouço teórico desta ciência, como seus princípios, campos do conhecimento, formas de linguagens, entre outros caros ao raciocínio geográfico.

Na esfera curricular reconhecemos que desde o final da década de 1990, com o PCN de Geografia, e a partir de 2017 com a BNCC, as categorias geográficas passaram a ser definidas por esses documentos como algo que ultrapassa sua definição conceitual, isto é, como um recurso teórico capaz de auxiliar professores e estudantes no ensino de Geografia, tornando este campo científico mais palatável ao estudante, contribuindo assim, para o desenvolvimento do pensamento geográfico e as capacidades a ele vinculadas. Ao realizar a análise desses programas curriculares devemos tomar o cuidado de não vincular um peso exagerado sobre suas disposições, posto que as práticas docentes podem não refletir a o que é colocado em âmbito curricular como nos apontou Goodson.

A utilização de categorias geográficas no ensino de Geografia ainda é algo incipiente, visto que os professores, de modo geral, não foram levados a pensar essas categorias como instrumentos teóricos que podem favorecer o ensino de Geografia. Para romper com esse cenário é necessária uma maior preocupação teórica nos cursos de licenciatura em Geografia, de modo a agregar a formação dos professores concepções mais atuais em relação ao ensino de Geografia, abrangendo assim essas categorias.

Vale ressaltar que este artigo não tem como pretensão buscar um modelo ideal para a utilização de categorias geográficas na Geografia Escolar, mas sim analisar como essas categorias são pensadas em duas esferas importantes para o ensino de Geografia, a acadêmica e a curricular.



REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Base **Nacional Comum Curricular – BNCC**. Brasília, DF, 2017.

CALLAI, H. C. Temas e conteúdos no ensino de Geografia. In: RABELO, K. S. P.; BUENO, M. A (org.). **Currículo políticas públicas e ensino de Geografia**. Goiânia: Ed. PUC Goiás. 2015.

_____. **O estudo do lugar e a pesquisa como princípio da aprendizagem** 2013.

Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/resultadosbusqueda.php>

Acesso em: 12/05/2021.

VANZELLA CASTELLAR, S. M. .; DE PAULA, I. R. O papel do pensamento espacial na construção do raciocínio geográfico. **Revista Brasileira de Educação em Geografia**, [S. l.], v. 10, n. 19, p. 294–322, 2020. DOI: 10.46789/edugeo.v10i19.922. Disponível em: <http://www.revistaedugeo.com.br/ojs/index.php/revistaedugeo/article/view/922>. Acesso em: 16 mar. 2021.

CAVALCANTI, L. S. **Cotidiano, mediação pedagógica e formação de conceitos: uma contribuição de Vygotsky ao ensino de geografia**. Cad. Cedes, v. 25, n. 66, p. 185-207, mai/ago. 2005.

_____. **Geografia, escola e construção de conhecimento**. São Paulo: Papirus, 1998.

_____. **O ensino de Geografia na escola**. Campinas, São Paulo: Papirus, 2012.

_____. **Pensar pela Geografia: ensino e relevância social**. Goiânia: CeA Alfa Comunicação, 2019.

CORRÊA, R. L. **Região e organização espacial**. São Paulo: Ática, 1990.

_____. **Trajetórias geográficas**. São Paulo: Bertrand Brasil, 2001.

GOMES, P. C. C. **Geografia e Modernidade**. 5ª ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2005. 368p.

GOODSON, I. F. **A Construção Social do Currículo**. Lisboa: Coleção Educa-Currículo, 1997.



XIV ENCONTRO NACIONAL DE
PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM

GEOGRAFIA

XIV ENANPEGE
Espaço Digital

PARÂMETROS Curriculares Nacionais. **História e Geografia**. Secretaria de educação Fundamental. 2. ed. Rio De Janeiro: DP&A, 1998.

SANTOS, M. **A Natureza do Espaço: Técnica, Razão e Emoção**. 4ª Edição. São Paulo: Edusp (Editora da USP), 2006.